



POR UM RÁDIO QUE ROMPA SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS: *referenciais epistemológicos de raça e gênero para pensar o jornalismo sonoro*

Alice Oliveira de Andrade¹

Resumo: Este artigo analisa como o jornalismo sonoro pode superar silenciamentos impostos a grupos marginalizados, especialmente em recortes étnico-raciais e de gênero. Com abordagem interseccional e crítica, discute-se como práticas jornalísticas baseadas em interseccionalidade, aquilombamento, teoria do ponto de vista situado, escrevivência e pensamento decolonial podem tornar o rádio mais inclusivo. O estudo examina desafios como a hegemonia eurocêntrica e a concentração do mercado de mídia, que limitam a diversidade de vozes e propõe estratégias para diversidade. O objetivo é refletir sobre a radiodifusão no Brasil sob as lentes de raça e gênero e sugerir caminhos para um jornalismo sonoro mais representativo.

Palavras-Chave: Estudos radiofônicos. Jornalismo Sonoro. Diversidade.

Abstract: This article analyzes how sound journalism can overcome silences imposed on marginalized groups, especially in ethnic-racial and gender contexts. With an intersectional and critical approach, it discusses how journalistic practices based on intersectionality, aquilombamento, situated knowledge theory, escrevivência, and decolonial thought can make radio more inclusive. The study examines challenges such as Eurocentric hegemony and media market concentration, which limit the diversity of voices, and proposes strategies for diversity. The aim is to reflect on broadcasting in Brazil through the lenses of race and gender and suggest pathways for more representative sound journalism..

Keywords: Radio Studies. Sound Journalism. Diversity.

1. Introdução: os silêncios que o rádio ainda deixa ecoar

A existência histórica de grupos socialmente marginalizados é marcada pelo silêncio. Mas o silêncio nunca foi vazio; sempre houve murmúrios entre as frestas, ecos de histórias não contadas, vozes abafadas pelo peso da história. Audre Lorde (2020) nos lembra que é necessário transformar o silêncio em linguagem e ação. E se o rádio for esse território de insurgência? Se, em vez de um espaço de reprodução de hegemonias, ele se tornar um quilombo sonoro, um chão de palavras que acolhe, reverbera e resiste? O som sempre encontrou

¹ Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (DCOS/UFS), no curso de Jornalismo. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). E-mail andradealice@academico.ufs.br.

caminhos para existir, mesmo quando tentam silenciá-lo: nos tambores de terreiro, nas canções de trabalho, nas rádios comunitárias, nos *podcasts* racializados que são pensados para se distanciar de lógicas hegemônicas.

O jornalismo sonoro, quando guiado por epistemologias que reconhecem raça e gênero como estruturantes, pode ser um lugar de desobediência ao apagamento. Neste texto, propomos cinco referenciais epistemológicos para pensar um rádio que não apenas informe, mas que faça falar, que devolva a palavra a quem dela foi roubado. Porque um jornalismo sonoro verdadeiramente democrático não se limita a escutar – ele convida a dizer, a contar, a existir em voz alta.

Desde as primeiras transmissões das rádios clubes, no início do século XX, até as produções sonoras contemporâneas, as produções sonoras hegemônicas no Brasil carregam uma marca: têm cor, gênero e orientação sexual. Elas são, em grande parte, brancas, masculinas e heterossexuais. No contexto do *podcasting*, segundo a PodPesquisa 2024/2025, realizada pela Associação Brasileira de *Podcasters* (ABPod), 64,66% são homens, 83,91% são heterossexuais, 70,11% se declaram brancos². Essa configuração histórica não é apenas um reflexo das primeiras experiências radiofônicas, mas uma característica que perpassa as diversas fases da radiodifusão, incluindo sua transição para as plataformas digitais.

Embora o rádio tenha se renovado ao longo dos anos, sua estrutura e as relações de poder que ele reflete ainda estão longe de ser inclusivas ou de representar a diversidade da sociedade brasileira. A importância do rádio como meio de comunicação no Brasil é inegável. Ele não apenas se adaptou às transformações sociais e tecnológicas, mas também se tornou um espaço de resistência e de construção de narrativas próprias para diferentes grupos sociais, especialmente em experiências contra-hegemônicas (KISCHINHEVSKY, 2024). Contudo, a dominância de vozes e perspectivas hegemônicas, em especial as que perpetuam um modelo branco, masculino e heteronormativo, limita sua capacidade de se tornar um espaço verdadeiramente inclusivo.

Embora o rádio tenha sido, ao longo da história, um veículo de grande alcance e impacto na sociedade brasileira (FERRARETTO, 2014), sua estrutura de produção e seus conteúdos continuam a ser fortemente influenciados por um modelo hegemônico que privilegia determinadas vozes e silencia outras. A centralização do poder nas mãos de grandes grupos de

² Disponível em: <https://abpod.org/wp-content/uploads/2024/10/PodPesquisa_2024_2025FINAL-1.pdf>
Acesso em: 26 jan. 2025.

mídia e a predominância de uma narrativa padronizada são reflexos de uma sociedade desigual, em que o acesso aos meios de comunicação e à produção de conteúdo é restrito a um número limitado de atores. Esse cenário limita as possibilidades de expressão das comunidades socialmente marginalizadas, mas também reforça uma visão de mundo que desconsidera a pluralidade de experiências e vivências presentes no Brasil. Assim, a crítica ao jornalismo sonoro não pode se restringir apenas a aspectos técnicos ou de estilo, mas deve englobar uma análise das relações de poder que estruturam a produção e a disseminação do conteúdo. Afinal, “a representação de outras vozes, fora do velho padrão radiofônico, é um caminho poderoso para a formação de vínculos afetivos, para a construção de comunidades organizadas em torno do áudio e para a própria afirmação de identidades individuais e coletivas” (KISCHINHEVSKY, 2024).

Este artigo se propõe a refletir sobre como o jornalismo sonoro pode romper esses silenciamentos históricos e construir um espaço mais plural e democrático. Através de uma análise crítica e interseccional, busca-se investigar como referenciais epistemológicos voltados para o contexto étnico-racial e de gênero, como a interseccionalidade, o aquilombamento, a teoria do ponto de vista situado, as escrevivências e o pensamento decolonial, podem contribuir para um rádio mais inclusivo e diverso.

O texto será desenvolvido a partir de uma abordagem bibliográfica, focando na discussão teórico-metodológica a respeito dos referenciais apontados, aplicados ao jornalismo sonoro. A revisão de literatura incluirá tanto estudos acadêmicos como exemplos de iniciativas sonoras que utilizam essas abordagens, buscando entender como o rádio tem se posicionado frente à exclusão e como pode contribuir para uma maior representatividade.

Com isso, buscamos traçar um panorama crítico da radiodifusão no Brasil em uma perspectiva acadêmica, suas implicações sociais e políticas, e propor um olhar renovado para o jornalismo sonoro que, ao incorporar epistemologias interseccionais, possa romper com os silêncios que ainda causam ruído às ondas do rádio.

2. Epistemologias plurais e as práticas sonoras profissionais e acadêmicas

As epistemologias plurais representam um caminho para diversificar e enriquecer o campo radiofônico, tanto no âmbito do mercado quanto no acadêmico, embora essa jornada apresente desafios significativos. As “epistemologias plurais” (LOPEZ; BETTI; FREIRE,

2024) referem-se ao reconhecimento de que o conhecimento não é produzido a partir de uma única perspectiva, mas sim de uma multiplicidade de saberes, experiências e visões de mundo.

No contexto dos estudos radiofônicos, a adoção de epistemologias plurais implica em desafiar a hegemonia do pensamento científico ocidental moderno, que se define dentro de moldes eurocêntricos e que historicamente marginalizou vozes e perspectivas não-brancas, não-masculinas e não-heteronormativas. Lopez, Betti e Freire (2024) argumentam que a baixa diversidade epistemológica nos estudos radiofônicos brasileiros, especialmente em relação a raça e interseccionalidades, é um incômodo que motiva a busca por caminhos epistemológicos mais diversos.

Nesse sentido, é importante considerar que Kischinhevsky (2024), ao analisar o ecossistema de *podcasting* na América Latina, explicita a prevalência de grandes grupos de mídia em detrimento de produtores independentes, o que pode limitar a diversidade de vozes e conteúdos. Em seus estudos, o autor investiga como a plataformização da mídia sonora traz riscos à diversidade na comunicação, acirrando movimentos de concentração.

Apesar do potencial transformador das epistemologias plurais, o campo radiofônico enfrenta diversos desafios para sua plena implementação. A persistência de modelos eurocêntricos na produção de conhecimento e nas práticas de pesquisa no campo radiofônico dificulta a valorização de saberes e perspectivas que fogem a essa lógica. Nesse sentido, é importante refutar a suposta neutralidade epistemológica comumente relacionada ao jornalismo e descolonizar o conhecimento no campo radiofônico, reconhecendo o protagonismo de grupos historicamente discriminados e incorporando outras epistemologias, como o feminismo afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020).

A crescente concentração do mercado de mídia sonora nas mãos de grandes corporações, impulsionada pela plataformização do *podcasting*, acarreta riscos à diversidade de vozes e à sustentabilidade de produtores independentes e rádios locais (KISCHINHEVSKY, 2024). A lógica algorítmica das plataformas tende a privilegiar conteúdos populares e de grandes empresas, em detrimento de produções mais nichadas e diversificadas. A falta de métricas de audiência confiáveis e padronizadas no *podcasting* dificulta a mensuração da diversidade e a implementação de políticas públicas que visem fomentar a produção qualificada e plural em níveis local e regional (SULLIVAN, 2020 *apud* KISCHINHEVSKY, 2024).

Ademais, a invisibilidade das desigualdades de gênero, raça, classe e outras categorias sociais marginalizadas no campo radiofônico dificulta a promoção da inclusão e da equidade.

É preciso nomear e explicitar essas desigualdades para que se possam pensar em melhorias e transformações (RIBEIRO, 2019). A noção de “privilégio branco” (D’ADESKY, 2021) e o “pacto narcísico” (BENTO, 2022) precisam ser questionados no campo radiofônico, reconhecendo o impacto desses fenômenos na constituição do campo e buscar formas de superá-los.

Para superar esses desafios e promover a diversidade no campo radiofônico, algumas estratégias podem ser adotadas. É importante apoiar a produção de conteúdos independentes e locais, por meio de políticas públicas de fomento, financiamento e distribuição. Criar métricas de audiência que levem em conta a diversidade de públicos e conteúdos, e que permitam monitorar o impacto de políticas de promoção da diversidade. Promover a formação e a capacitação de profissionais de rádio e *podcasting* pertencentes a grupos historicamente discriminados, por meio de bolsas de estudo, programas de mentoria e outras iniciativas (LOPEZ; BETTI; FREIRE, 2024; KISCHINHEVSKY, 2024).

Fomentar a criação de espaços de debate e reflexão sobre a diversidade no campo radiofônico, envolvendo pesquisadores, profissionais, estudantes e membros da sociedade civil. Estimular a adoção de referenciais teóricos plurais nas pesquisas e análises sobre o campo radiofônico, incorporando perspectivas feministas (RAGO, 2019), decoloniais (MOLINA, 2021), antirracistas (ALMEIDA, 2019) e outras. E, ainda, promover a revisão da história do rádio, inserindo as contribuições de mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados.

No campo acadêmico, também é imprescindível refletir sobre as questões de diversidade e representatividade no jornalismo sonoro, pois são essas reflexões que fundamentam e orientam as práticas profissionais e a evolução teórica dessa área. Para que as pesquisas em jornalismo sonoro se alinhem com as demandas de um cenário mais plural e inclusivo, defende-se aqui a necessidade de integrar referenciais epistemológicos que permitam uma abordagem crítica e interseccional.

A interseccionalidade, por exemplo, fornece uma base para entender as múltiplas camadas de opressão e privilégio que moldam as narrativas sonoras, enquanto o aquilombamento propõe a valorização das práticas coletivas de resistência e as culturas periféricas como espaços de produção de conhecimento. A teoria do ponto de vista situado, ao enfatizar a importância de entender as experiências a partir de perspectivas concretas e localizadas, oferece um contrapeso à visão homogênea que muitas vezes predomina nos

estudos e práticas jornalísticas. Essas chaves epistemológicas se complementam ao promover uma análise crítica sobre as formas de saber e fazer jornalismo que, ao longo da história, têm sido dominadas por uma visão eurocêntrica e colonizadora.

Além disso, a adoção de perspectivas decoloniais e de escrevivências nas pesquisas sobre jornalismo sonoro oferece um caminho para revisar as narrativas hegemônicas e proporcionar uma escuta mais atenta às vozes de grupos historicamente marginalizados. O pensamento decolonial desafia as estruturas de poder que ainda permeiam as produções sonoras e sugere a importância de dar visibilidade às experiências daqueles que têm sido silenciados, seja pela discriminação racial, pela invisibilidade de gênero ou pela exclusão social. Portanto, ao refletirmos sobre o jornalismo sonoro dentro do campo acadêmico, é fundamental que nos apropriemos desses referenciais epistemológicos, pois elas são instrumentos que complexificam o debate dos estudos radiofônicos tanto para entender a dinâmica do campo, quanto para transformar a maneira como produzimos e disseminamos as narrativas no rádio e no *podcasting*.

3. Referenciais epistemológicos para um jornalismo sonoro diverso

O letramento racial e de gênero é fundamental nos estudos radiofônicos voltados para o jornalismo sonoro, pois permite questionar e reconfigurar as estruturas narrativas e de produção midiática que historicamente excluíram ou marginalizaram determinadas vozes. Afinal, "no podcasting, assim como no rádio, a falta de diversidade não salta aos olhos, mas aos ouvidos" (KISCHINHEVSKY, 2024, p.92). A análise crítica, aliada a uma abordagem interseccional, possibilita a criação de espaços de comunicação mais diversos e representativos, ampliando as perspectivas e reconhecendo epistemologias que vão além da tradição eurocêntrica.

Neste tópico, discutiremos cinco referenciais epistemológicos que podem orientar pesquisas mais plurais na área, inspirados pelo movimento de Lopez, Betti e Freire (2024) de buscar epistemologias diversas. São eles: interseccionalidade, aquilombamento, teoria do ponto de vista situado, escrevivência e pensamento decolonial. A partir dessa articulação, propõe-se uma reflexão sobre como o jornalismo sonoro pode atuar na desconstrução de paradigmas hegemônicos e na valorização das narrativas de grupos historicamente silenciados.

a) Interseccionalidade: os entrecruzamentos em pauta

A interseccionalidade, inicialmente formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), vai além de ser apenas uma ferramenta analítica, sendo uma teoria crítica em construção, originada a partir de projetos feministas, antirracistas e de descolonização no campo do Direito. Essa teoria busca compreender as múltiplas camadas de opressão e privilégio que coexistem em diversas realidades sociais. A ideia de interseccionalidade propõe que a análise das experiências humanas considere as complexas interações entre raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outros fatores, e como essas interações impactam as possibilidades de opressão ou privilégio de indivíduos e grupos.

No campo do jornalismo sonoro, essa abordagem teórica permite entender como essas diversas dimensões da identidade se cruzam e criam condições desiguais de acesso à representação, voz e visibilidade. Dentro desse panorama, contribuições de pensadoras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2020), que no contexto do feminismo afro-latino-americano destaca a centralidade da questão racial para as mulheres negras, são fundamentais. Gonzalez (2020) propôs uma visão de feminismo que não separa as questões de raça e classe da luta feminista, mas as coloca como pilares da transformação social, o que oferece um referencial importante para a análise interseccional no campo.

No contexto brasileiro, a interseccionalidade revela uma dinâmica única. O país, com suas complexas relações históricas, sociais e culturais, carrega legados de colonialismo, escravização e desigualdade estrutural, que se refletem nos modos de expressão do jornalismo sonoro. O rádio e o *podcasting* no Brasil são atravessados por essas desigualdades, com uma representação majoritária de vozes brancas, masculinas e de classe média, conforme apontado na introdução deste texto. A falta de representatividade de mulheres negras, indígenas, LGBTQIAP+ e outras populações socialmente marginalizadas é uma consequência das relações de poder que historicamente dominaram as ondas sonoras. A chave epistemológica da interseccionalidade no jornalismo sonoro brasileiro permite que se observe, por exemplo, como as narrativas radiofônicas sobre as periferias, as mulheres, e os povos indígenas estão frequentemente permeadas por estereótipos ou invisibilidade. A análise interseccional permite também perceber como os vieses ideológicos presentes nas estruturas de poder e nos grandes conglomerados midiáticos contribuem para a exclusão dessas vozes, seja por falta de acesso à produção, seja pela distorção das suas experiências.

Metodologicamente, a interseccionalidade oferece um conjunto de ferramentas que podem ser aplicadas na análise do jornalismo sonoro. A “Roleta Interseccional” proposta por

Carrera (2021) é um exemplo de recurso que facilita a identificação de como diferentes eixos de opressão e privilégio se cruzam nas produções sonoras. Esse tipo de ferramenta possibilita uma análise detalhada de como, por exemplo, a classe social de um locutor ou a localização geográfica de uma história afeta a maneira como ela é tratada, destacada ou silenciada no conteúdo radiofônico. A geolocalização, um dos eixos metodológicos importantes, permite identificar como questões regionais, como o acesso à educação e à tecnologia, influenciam a visibilidade de certas vozes, enquanto outras permanecem marginalizadas. A classe social, por sua vez, ajudaria a revelar como as narrativas sonoras podem reforçar estigmas sobre as populações de periferia, rurais ou empobrecidas, que, muitas vezes, são representadas de forma caricatural ou descontextualizada.

Além disso, ao considerar a interseccionalidade na análise do jornalismo, torna-se possível compreender como a raça e o gênero se manifestam nas ondas do rádio. Morales e Ferreira (2022) apontam para a importância de mapear a presença de vozes femininas em programas jornalísticos de rádio, o que demonstra a necessidade de analisar como as questões de gênero se entrelaçam com outras categorias identitárias, como raça e classe, para moldar as experiências das mulheres no jornalismo sonoro.

A representação de grupos marginalizados no jornalismo sonoro é um dos aspectos mais visíveis da aplicação da interseccionalidade. Mulheres negras, indígenas, pessoas LGBTQIAP+ e com deficiência enfrentam não apenas a invisibilidade, mas frequentemente a distorção de suas histórias. Em muitos casos, suas experiências são estigmatizadas ou reduzidas a representações estereotipadas, o que contribui para reforçar ideias preconceituosas. Analisar essas representações no rádio e nos *podcasts* é essencial para entender como essas vozes são silenciadas ou manipuladas, e os impactos que isso tem na percepção pública sobre esses grupos.

Analisa-se que o jornalismo sonoro, quando tem uma abordagem interseccional, pode ser uma ferramenta poderosa de resistência, dando visibilidade às experiências de grupos marginalizados e ajudando a construir um espaço público mais inclusivo e plural. A amplificação das vozes em um recorte racial e de gênero pode contribuir para a desconstrução de estereótipos que produzem histórias únicas perigosas (ADICHIE, 2019). Além disso, o rádio e os *podcasts* têm a capacidade de alcançar audiências amplas, especialmente nas regiões periféricas e em comunidades distantes, fazendo com que as experiências desses grupos

possam ser ouvidas e reconhecidas³. A resistência, no contexto do jornalismo sonoro, não é apenas uma oposição às narrativas dominantes, mas também um processo de construção ativa de novas formas de conhecimento e representação que questionam a ordem estabelecida, mostrando que “identidades estão longe de ser algo fixo” (KISCHINHEVSKY, 2024, p.97).

A interseccionalidade também desafia o mito da objetividade jornalística. A tradicional busca pela imparcialidade é questionada, uma vez que a perspectiva interseccional reconhece que todos os jornalistas, como qualquer indivíduo, são atravessados por suas próprias experiências e contextos sociais. A adoção de uma abordagem interseccional no jornalismo sonoro propõe, assim, uma forma mais reflexiva e crítica de produzir conhecimento. Em vez de uma objetividade neutra, propõe-se uma objetividade situada, em que a experiência do sujeito jornalístico é parte integral da produção e interpretação da notícia. Isso não significa que a produção jornalística se torne subjetiva ou descompromissada com a verdade, mas que ela seja mais consciente das múltiplas perspectivas e realidades que constituem a sociedade.

Além disso, a interseccionalidade pode se manifestar de maneiras diferentes, dependendo do formato e da plataforma do jornalismo sonoro. Em entrevistas, por exemplo, é possível perceber como o acesso ao espaço de fala e a forma como os entrevistados são posicionados pode variar de acordo com sua identidade de gênero, raça ou classe social. Em reportagens, a interseccionalidade pode ser aplicada para examinar como as histórias são narradas e quais vozes são priorizadas. Akotirene (2019) considera que a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Nos *podcasts*, a chave teórico-metodológica da interseccionalidade oferece a oportunidade de explorar novas formas de contar histórias e criar narrativas que desafiem os padrões tradicionais.

Seja no rádio tradicional, no *online* ou nas plataformas de *streaming*, a interseccionalidade pode servir como uma chave de leitura que possibilita a criação de conteúdos mais inclusivos e representativos. Lopez, Betti e Freire (2024) defendem uma pluralidade epistemológica para os estudos radiofônicos, reconhecendo a importância de quebrar hierarquizações históricas e reconhecer saberes diversos. É importante considerar que a aplicação da interseccionalidade no jornalismo sonoro pode enfrentar desafios relacionados à plataformização e à concentração de mercado. Kischinhevsky (2024b), ao analisar o

³ Disponível em: <<https://mareonline.com.br/o-fenomeno-do-podcast-alcanca-favelas-e-periferias-pelo-whatsapp/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ecossistema de *podcasting* na América Latina, explicita a prevalência de grandes grupos de mídia em detrimento de produtores independentes, o que pode limitar a diversidade de vozes e conteúdos.

b) Escrevivências: a subjetividade em uma construção plural das narrativas

O conceito de escrevivência, cunhado pela escritora e intelectual Conceição Evaristo, representa uma abordagem inovadora na produção de narrativas, destacando a experiência vivida como uma forma legítima de conhecimento. Evaristo define a escrevivência como uma escrita que nasce das histórias de vida das pessoas negras, especialmente das mulheres, e que se diferencia da ficção tradicional por estar profundamente enraizada na realidade e na subjetividade dos sujeitos subalternizados (EVARISTO, 2020). Dessa forma, a escrevivência não apenas narra, mas reivindica espaço, memória e identidade, funcionando como um instrumento de resistência e de afirmação cultural.

No campo do jornalismo sonoro, a aplicação da escrevivência se revela como um mecanismo para a desconstrução das narrativas hegemônicas, que historicamente silenciaram ou distorceram as vozes das populações marginalizadas. O rádio e o *podcasting* emergem como plataformas privilegiadas para essa prática, pois possibilitam a criação de espaços onde a oralidade e a memória coletiva se tornam protagonistas na construção do conhecimento. Segundo Duarte (2020), a escrevivência oferece uma rota alternativa para o jornalismo, permitindo que histórias individuais e coletivas sejam contadas sob a ótica de quem as viveu, ao invés de serem filtradas por uma perspectiva externa e muitas vezes eurocêntrica.

Ao trazer a escrevivência para o jornalismo sonoro, jornalistas podem valorizar as experiências subjetivas e promover a escuta ativa das comunidades historicamente silenciadas. Esse processo amplia a compreensão da realidade social e possibilita a construção de narrativas mais autênticas e plurais. Como enfatiza Borges (2020), a escrevivência se opõe à ideia tradicional de objetividade jornalística, pois reconhece que todo relato é atravessado por perspectivas e vivências individuais.

O rádio, historicamente, foi um dos primeiros meios de comunicação de massa “a dar voz”⁴ a diferentes camadas da sociedade. Hoje, os *podcasts*, essa potencialidade se expande

⁴ É preciso utilizar essa expressão com cautela para não cairmos na armadilha colonial de pensar que pessoas historicamente marginalizadas não têm voz. Elas falam, mas a questão é: são escutadas? O jornalismo, quando comprometido com essa ruptura, visa amplificar esses lugares de enunciação.

ainda mais (KISCHINHEVSKY, 2024). A produção sonora baseada na escrevivência permite que histórias sejam contadas de forma sensível e subjetiva, utilizando elementos como a voz, os silêncios, a ambientação sonora e a música para criar uma conexão emocional com o público (DUARTE, 2020).

No contexto da comunicação alternativa, como no caso de mídias negras, por exemplo, o uso da escrevivência no jornalismo sonoro se torna ainda mais relevante. Segundo Melo (2020), a exclusão das práticas de leitura e escrita no Brasil está diretamente relacionada às desigualdades raciais e sociais. Incorporar a escrevivência nesses espaços amplia o repertório de narrativas acessíveis ao público e confronta os padrões excludentes da mídia tradicional, permitindo que grupos como mulheres negras, povos indígenas e comunidades periféricas possam contar suas próprias histórias, em suas próprias vozes.

Logo, defende-se que a escrevivência, ao ser incorporada ao jornalismo sonoro, representa um ato de resistência e reconfiguração das formas de produção do conhecimento. Se a escrita tradicional muitas vezes marginalizou determinadas vozes, a escrita que nasce da vivência resgata e fortalece identidades. A oralidade sempre foi uma ferramenta poderosa de transmissão de saberes entre povos africanos e afrodescendentes, e o jornalismo sonoro pode, a partir de um compromisso assumido por quem produz, permitir que essa tradição seja preservada e ampliada.

A integração da escrevivência ao rádio e ao *podcasting* desafia as convenções do jornalismo tradicional e também inaugura um campo fértil para novas formas de contar histórias, nas quais o sujeito narrador deixa de ser mero objeto de pesquisa e passa a ser agente da própria história. Como observa Duarte (2020), o reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a sociedade brasileira é essencial para que o jornalismo cumpra seu papel de forma democrática e plural.

Além disso, é relevante pontuar que a escrevivência no jornalismo sonoro não se limita a relatos biográficos ou testemunhos. Ela pode estar presente até em narrativas ficcionais baseadas na realidade, na reinterpretação de fatos históricos a partir das memórias coletivas, ou até mesmo em documentários sonoros que exploram o impacto das desigualdades sociais na vida cotidiana. Como aponta Evaristo (2020), a escrevivência não tem como objetivo adormecer os da casa-grande, mas sim acordá-los de seus sonos injustos, provocando reflexões críticas sobre a sociedade.

c) Standpoint theory: como o contexto delineia a prática jornalística sonora

A Teoria do Ponto de Vista Situado (*Standpoint Theory*), proposta originalmente por autoras feministas como Nancy Hartsock (1983) e aprofundada por Sandra Harding (1991), parte do princípio de que o conhecimento é socialmente situado. Essa teoria desafia a concepção tradicional de objetividade, que pressupõe um sujeito do conhecimento neutro e universal. Em vez disso, argumenta que a perspectiva de grupos marginalizados oferece um entendimento mais completo das estruturas de poder, pois esses grupos vivenciam as dinâmicas sociais de opressão de maneira direta e cotidiana (SANTOS, 2017).

No contexto do jornalismo sonoro, a *Standpoint Theory* ganha relevância ao questionar quem tem o direito de contar histórias e quais narrativas são legitimadas na mídia. Os meios tradicionais de comunicação frequentemente reproduzem discursos hegemônicos que excluem ou distorcem as experiências de grupos marginalizados. Pensar essa perspectiva como referencial epistemológico nos estudos radiofônicos pode ampliar a diversidade de vozes e proporcionar uma compreensão mais rica e plural da realidade social.

O jornalismo sonoro, seja no rádio ou no *podcasting*, tem uma característica única: a oralidade e a escuta ativa. Como observa Fraser (1996), os contrapúblicos subalternos – espaços onde grupos marginalizados podem compartilhar suas próprias experiências – são fundamentais para o desenvolvimento de discursos que desafiem a visão dominante. Ao permitir que essas vozes sejam ouvidas diretamente, o jornalismo sonoro pode romper com o monopólio narrativo das elites midiáticas.

Além disso, a escuta é uma forma de reconhecimento e legitimação da experiência do outro. Quando um programa de rádio ou um *podcast* prioriza relatos em primeira pessoa e histórias contadas por sujeitos historicamente excluídos, ele não somente informa, mas reconfigura as relações de poder na produção de conhecimento (HARDING, 2004). A *Standpoint Theory* argumenta que o conhecimento produzido a partir das experiências dos grupos oprimidos tem um potencial crítico e emancipatório (HARTSOCK, 1983). No jornalismo sonoro, essa abordagem se traduz na valorização das narrativas que desafiam a hegemonia midiática.

Um exemplo disso é a produção de *podcasts* independentes que contam histórias a partir das perspectivas de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+. Esses formatos permitem que narrativas tradicionalmente invisibilizadas sejam construídas por aqueles que as vivenciam, e não apenas mediadas por jornalistas que pertencem a grupos dominantes. Como

aponta Santos (2017), essa prática fortalece a objetividade forte, conceito desenvolvido por Harding (1991), que sugere que a inclusão de múltiplas perspectivas fortalece a produção do conhecimento.

O rádio e os *podcasts* têm um papel significativo na criação de um jornalismo mais plural e diverso. Acredita-se que, ao incorporar os pressupostos da *Standpoint Theory*, esses meios podem superar a neutralidade ilusória do jornalismo tradicional e construir um espaço onde diferentes experiências e perspectivas sejam não apenas relatadas, mas reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento.

d) Pensamento decolonial: por um processo de decolonização das narrativas

O pensamento decolonial tem sido um campo de reflexão fundamental para a reavaliação das formas tradicionais de produção do conhecimento, especialmente no que se refere à mídia e ao jornalismo. Historicamente, a comunicação tem sido estruturada sob a lógica da colonialidade do saber, na qual apenas certas vozes são legitimadas como fontes de informação, enquanto outras são marginalizadas ou distorcidas. No contexto do jornalismo sonoro, essa hierarquia epistêmica se manifesta na predominância de narradores oriundos dos centros de poder, enquanto as vozes periféricas muitas vezes são tratadas de maneira subalterna ou ignoradas. Essa dinâmica reforça as estruturas coloniais e impede que diferentes experiências e visões de mundo sejam reconhecidas como legítimas dentro do espaço midiático (QUIJANO, 2005).

Ao considerar a relação entre pensamento decolonial e jornalismo sonoro, torna-se essencial refletir sobre como os paradigmas hegemônicos que moldam a produção e o consumo da informação podem ser desconstruídos. A decolonialidade propõe a superação da dicotomia entre centro e periferia, valorizando formas de saber que foram historicamente desqualificadas pelo eurocentrismo. Como destacam Oliveira e Lucini (2021), o pensamento decolonial se estrutura a partir da tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade, permitindo compreender como a modernidade ocidental se estabeleceu por meio da dominação colonial e da imposição de um modelo único de conhecimento. No âmbito do jornalismo sonoro, essa abordagem implica a necessidade de ressignificar os conteúdos jornalísticos e as formas de produção, garantindo que os próprios sujeitos das narrativas tenham autonomia para contar suas histórias e construir suas próprias representações.

A prática do que poderia ser entendido como um jornalismo sonoro decolonial pode se dar de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, é fundamental valorizar a oralidade e a memória coletiva como fontes legítimas de conhecimento. A tradição oral tem sido historicamente um meio fundamental para a transmissão de saberes em diversas culturas, especialmente entre povos indígenas e afrodescendentes. No entanto, o modelo comunicacional hegemônico tem privilegiado a escrita como a forma mais válida de conhecimento, desconsiderando que a oralidade também carrega complexidade e sofisticação narrativa. Nesse sentido, Mignolo (2017) argumenta que a descolonização do conhecimento passa necessariamente pelo reconhecimento de epistemologias que não se enquadram no padrão acadêmico ocidental. Aplicado ao jornalismo sonoro, isso significa criar espaços onde as histórias possam ser contadas a partir da perspectiva de quem as viveu, sem a necessidade de mediação por jornalistas ou especialistas externos que moldam o discurso de acordo com suas próprias referências.

Outro aspecto relevante para a descolonização do jornalismo sonoro é o uso de linguagens e estéticas alternativas. O rádio e os *podcasts*, por sua natureza flexível, oferecem um campo para a experimentação de formatos narrativos que rompem com as convenções impostas pelos grandes veículos de comunicação. Incorporar sotaques, dialetos e expressões culturais marginalizadas torna possível construir conteúdos que refletem melhor a diversidade das experiências vividas e rompam com a homogeneização discursiva da mídia tradicional. Segundo Walsh (2018), a estética decolonial se opõe à imposição de padrões universais de beleza e linguagem, promovendo a pluralidade cultural e a valorização das formas de expressão locais.

Além da valorização da oralidade e da diversidade estética, pensar um jornalismo sonoro decolonial envolve adotar processos de produção coletiva e participativa. Historicamente, o jornalismo tem seguido um modelo hierárquico no qual jornalistas e editores decidem quais histórias contar e de que forma, reproduzindo muitas vezes os mesmos filtros coloniais que determinam quais vozes são legítimas e quais devem permanecer à margem. Como propõem Oliveira e Lucini (2021), uma abordagem decolonial exige que as próprias comunidades participem ativamente da criação do conteúdo, desde a escolha das pautas até a edição e a distribuição. Isso não apenas garante maior fidelidade às experiências retratadas, mas também possibilita a formação de novos narradores e a apropriação dos meios de comunicação por aqueles que historicamente foram excluídos desse espaço.

Nesse processo, é importante considerar o conceito de "contrapúblicos subalternos" desenvolvido por Fraser (1996), que descreve espaços discursivos onde grupos marginalizados podem produzir e circular narrativas alternativas em resposta às estruturas de poder dominantes. No contexto do jornalismo sonoro, a criação de *podcasts* e programas independentes pode servir como ferramenta de resistência, oferecendo um contraponto às narrativas hegemônicas que frequentemente distorcem ou invisibilizam determinadas experiências sociais. Essa prática permite a democratização da informação e a produção de conhecimento a partir das vivências dos sujeitos que, por muito tempo, foram reduzidos ao papel de objeto de estudo ou de reportagem.

Embora o pensamento decolonial ofereça um caminho promissor para a transformação do jornalismo sonoro, sua implementação enfrenta desafios significativos. A concentração dos meios de comunicação nas mãos de grandes conglomerados ainda representa um obstáculo para a difusão de narrativas alternativas. Além disso, a resistência institucional à diversidade epistêmica faz com que as produções decoloniais sejam frequentemente desvalorizadas ou classificadas como "subjetivas" em contraposição ao ideal de objetividade jornalística tradicional, que muitas vezes funciona como um mecanismo de exclusão. No entanto, as novas tecnologias e a digitalização do rádio têm aberto oportunidades para que iniciativas independentes possam prosperar (KISCHINHEVSKY, 2024). O crescimento do *podcasting*, por exemplo, tem permitido que grupos específicos criem e distribuam seus próprios conteúdos sem a necessidade de passar pelo crivo das grandes corporações midiáticas – embora haja a necessidade de uma discussão sobre as plataformas de circulação, que também são conglomerados. Como observa Walsh (2018), esse fenômeno representa uma possibilidade concreta para a construção de narrativas plurais e decoloniais, ampliando o alcance das vozes historicamente excluídas do debate público.

Em última análise, a aplicação do pensamento decolonial no jornalismo sonoro não se trata apenas de uma mudança estética ou temática, mas de uma transformação estrutural na forma como as histórias são produzidas e consumidas. A descolonização das narrativas exige um esforço consciente para romper com os paradigmas excludentes da colonialidade do saber, permitindo que epistemologias diversas sejam reconhecidas e valorizadas. O rádio e os *podcasts*, por sua natureza acessível e flexível, podem desempenhar um papel central nesse processo, servindo como espaços de resistência e reconstrução da memória coletiva.

e) Aquilombamento: uma tecnologia ancestral de resistência

O conceito de aquilombamento possui raízes históricas profundas, inspiradas na formação de quilombos, que foram espaços de resistência e autonomia para populações negras fugidas da escravidão no Brasil. Mais do que apenas refúgios, os quilombos representavam formas alternativas de organização social, política e cultural, marcadas por estratégias de resistência e pela valorização de saberes ancestrais. Beatriz Nascimento (2021) destaca que os quilombos não eram meros esconderijos, mas sistemas sociais complexos com regras, modos de produção, mecanismos políticos, práticas culturais e táticas de guerra. A autora enfatiza que a historiografia tradicional negligenciava o estudo dos quilombos como questões específicas, focando apenas na resistência ao sistema escravista e não em sua complexidade interna.

Hoje, o conceito se expande para além do território físico e se atualiza no campo das artes e da comunicação, manifestando-se na criação de comunidades que promovem a resistência e a valorização das culturas periféricas e marginalizadas. Stéfane Souto (2021) argumenta que o aquilombamento se transformou em uma tecnologia ancestral de organização e resistência, refletida em práticas culturais contemporâneas que retomam os princípios da coletividade e da autodeterminação. Essa ressignificação do conceito amplia a luta para além das fronteiras físicas, manifestando-se em diversas formas de expressão e organização – o que também pode acontecer em contextos radiofônicos.

O aquilombamento pode ser entendido como uma tecnologia ancestral de organização e resistência, que se reflete em práticas na produção cultural, e também nas práticas jornalísticas sonoras voltadas para a disseminação de narrativas negras e periféricas. Conforme Souto (2021), o aquilombamento se manifesta em produções culturais contemporâneas que retomam os princípios da coletividade e da autodeterminação, usando a oralidade e o som como meios fundamentais para perpetuar memórias, fortalecer identidades e contestar narrativas hegemônicas. A dimensão cultural é fundamental nesse processo, pois são os significados e as expressões simbólicas que transformam uma organização social em uma tecnologia de resistência cultural.

As rádios comunitárias, mídias negras e os *podcasts* podem ser exemplos concretos dessa prática. Esses veículos de comunicação operam como espaços de resistência ao ampliar vozes de comunidades historicamente marginalizadas, permitindo que suas histórias e experiências sejam contadas sob suas próprias perspectivas. Nascimento (2021) aponta que os

quilombos históricos serviam como espaços de produção e reprodução de saberes coletivos, uma função que se estende às plataformas sonoras atuais. Já Clóvis Moura (2001) ressalta a importância dos quilombos como expressão de um movimento sócio-político articulado, resistindo e desgastando o escravismo.

Gonzalez (2020) lembra que terreiros de candomblé, umbanda e escolas de samba também foram centros de resistência cultural. Nascimento (1980) coordenou a revista Afrodiáspora, um veículo importante para a disseminação de ideias e a conscientização da cultura afro-brasileira. Essa continuidade histórica demonstra como o aquilombamento se adapta e se atualiza, garantindo a manutenção das formas sociais e culturais das comunidades negras ao longo do tempo.

A importância de revisitar o conceito de quilombo reside na necessidade de reconhecer a história e a cultura negra como elementos centrais na formação da identidade brasileira. Beatriz Nascimento (2021) critica a ciência e a intelectualidade que não reconhecem a história negra, defendendo a inclusão da subjetividade nos estudos sobre a temática. O aquilombamento, portanto, se apresenta como uma ferramenta para descolonizar o pensamento e valorizar as narrativas que foram historicamente marginalizadas, tendo uma aplicabilidade significativa ao enxergarmos academicamente contextos de produção sonora, especialmente feitas por grupos negros e indígenas.

Um exemplo dessa prática no contexto sonoro é a Rádio Yandê⁵, a primeira rádio indígena online do Brasil, que segue a lógica do aquilombamento ao atuar como um espaço de resistência cultural e política para povos originários. Da mesma forma, o *podcast* do portal de mídia negra nordestina, Negrê⁶, busca discutir questões raciais e culturais, promovendo um espaço de reflexão e valorização das narrativas negras.

Além disso, projetos como o "Vidas Negras" e "História Preta" resgatam a memória e o protagonismo negro por meio de narrativas sonoras, desafiando o monopólio da informação e ampliando o alcance das vozes periféricas. Essas iniciativas se configuraram como quilombos digitais, promovendo a resistência contra o silenciamento midiático e reafirmando a importância da oralidade como elemento central da cultura afro-diaspórica (SOUTO, 2021).

O aquilombamento, quando transposto para a esfera da comunicação sonora, evidencia a continuidade das estratégias de resistência negra. As rádios comunitárias e os *podcasts*

⁵ Disponível em: <<https://radioyande.com/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

⁶ Disponível em: <<https://negre.com.br/tag/podcast/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

representam a materialização contemporânea dos quilombos, operando como espaços de pertencimento e preservação cultural. Como argumenta Beatriz Nascimento (2018), os quilombos foram e continuam sendo formas de resistência, capazes de subverter a lógica da opressão e projetar futuros alternativos para as populações marginalizadas.

Dessa forma, as iniciativas sonoras baseadas no conceito de aquilombamento precisam ser analisadas sob essa ótica conceitual, pois resgatam e preservam a memória histórica, enquanto criam novas possibilidades de articulação política e cultural, reforçando a importância da comunicação como ferramenta de luta e emancipação.

3. Considerações finais

O jornalismo sonoro tem o potencial de ser muito mais do que um simples meio de informação; ele pode ser um espaço de escuta ativa, de reconhecimento e de construção de novas possibilidades de narrativa. Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar como um letramento racial e de gênero nos estudos radiofônicos é fundamental para romper com os silenciamentos impostos por estruturas midiáticas excludentes e para garantir que diferentes epistemologias possam coexistir e se fortalecer.

Os referenciais discutidos – interseccionalidade, aquilombamento, teoria do ponto de vista situado, escrevivência e pensamento decolonial – oferecem caminhos para um jornalismo sonoro que não apenas registra o mundo, mas o ressignifica. Eles nos convidam a pensar o rádio como um território de resistência, onde as histórias não são apenas contadas, mas reivindicadas por aqueles que sempre tiveram sua voz subjugada.

No entanto, o desafio permanece. A hegemonia eurocêntrica e a concentração dos meios de comunicação ainda dificultam a ampliação da diversidade no campo radiofônico. Diante desse cenário, é imprescindível incentivar produções independentes, criar novas métricas de audiência que reconheçam diferentes formas de recepção e fomentar a formação de profissionais oriundos de grupos historicamente excluídos.

A busca por um jornalismo sonoro mais inclusivo exige a desconstrução das narrativas dominantes e a criação de espaços que possam efetivamente ampliar vozes de aqueles que historicamente têm sido silenciados. A interseccionalidade, como chave epistemológica, pode ajudar a identificar as camadas de opressão que se cruzam e se aprofundam nas experiências

de pessoas que são ao mesmo tempo negras, mulheres, LGBTQIA+, entre outras identidades marginalizadas. **Akotirene (2019)** propõe analisar as condições estruturais que atravessam corpos e experiências, em vez de somar e hierarquizar identidades. A interseccionalidade oferece instrumentos para enxergar a "matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos".

A prática do **aquilombamento**, por sua vez, propõe a construção de espaços autônomos, de resistência e de valorização da cultura e da experiência das populações periféricas. Em espaços comunitários de leitura, a escrita de Conceição Evaristo atinge positivamente os sujeitos, colocando-os no centro como leitores e produtores de novas histórias emancipatórias através da oralidade.

A adoção do ponto de vista situado e do pensamento decolonial oferece uma maneira de superar a lógica colonizadora e eurocêntrica que ainda predomina em muitos discursos midiáticos. Já a escrita de Conceição Evaristo se aproxima das experiências literárias de escritores do Caribe e das Antilhas, que buscam legitimar um ponto de vista identificado à afrodescendência. Dessa forma, ao integrar essas epistemologias no jornalismo sonoro, é possível imaginar um futuro no qual o rádio seja verdadeiramente um espaço de escuta e de visibilidade para as diversas vozes que compõem a sociedade brasileira. Lopez, Betti e Freire (2024) defendem uma pluralidade epistemológica para os estudos radiofônicos, reconhecendo a importância de quebrar hierarquizações históricas e reconhecer saberes diversos, motivando o olhar apresentado nesta discussão. No entanto, é fundamental estar atento aos desafios impostos pela plataformação e concentração de mercado, que podem limitar a diversidade de vozes e conteúdos.

Em última instância, retomamos o que foi dito na abertura deste texto e ressaltamos a importância de transformar o silêncio em linguagem e ação, como propôs Audre Lorde (2020). Isso significa abrir espaço para que outras vozes sejam ouvidas, mas também garantir que elas possam falar por si mesmas. A produção jornalística sonora pode reconhecer as vozes que sempre estiveram ali, esperando o momento de romper o ruído da exclusão e estereotipização. Assim, a luta por um rádio mais inclusivo é também uma luta por uma sociedade mais democrática, em que o som da insurgência não seja um ruído a ser abafado, mas uma narrativa a ser amplificada.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia; FERREIRA, Maria Aparecida Chagas; CARLOS, Gabriella da Conceição e. **Radiografia das Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação das Universidades Federais**. Dados, v. 67, n. 3, 2024.

BETTI, Juliana Gobbi; ZUCULOTO, Valci. A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 13, 2021, Juiz de Fora (MG), Brasil. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Alcar, 2021.

BORGES, Rosane. Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

CARRERA, Fernanda. **Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. e5715, ed. 2, p. 1-19, novembro 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

D'ADESKY, Jacques. **Uma Breve História do Racismo: Intolerâncias, Genocídio e Crimes contra a Humanidade**. Rio de Janeiro: Cassará editora, 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrevivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodescendente. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Social Text, v. 25/26, p. 56-80, 1996.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Social Text, v. 25/26, p. 56-80, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies.** New York: Routledge, 2004.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives.** Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: Harding, Sandra; Hintikka, Merrill B. (Eds.). **Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science.** Dordrecht: Kluwer, 1983.

HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra (Org.). **Feminism and methodology: social science issues.** Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 157–180.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais: Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Cultura do podcast: reconfigurações do rádio expandido.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOPEZ, Debora Cristina; BETTI, Juliana Cristina Gobbi; FREIRE, Marcelo. **Epistemologias dos estudos radiofônicos: construir a pesquisa com lentes plurais.** Anais do 33º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2024.

MELO, Dianne Cristina Rodrigues de. **Escrevivência e exclusão nas práticas de leitura e escrita.** In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). Escrevivência: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options.** Duke University Press, 2017.

MOLINA, Ane. **Como Saber o Gênero: Ciência, Cotidiano e Decolonialidade.** Brasil: Editora Erodonte, 2021.

MORALES, M.; FERREIRA, J. Vozes de mulheres no jornalismo radiofônico: mapeamento da presença e das temáticas em programas noticiosos. Revista Estudos em Comunicação, v. 26, n. 2, p. 111-122, 2022.

MOURA, Clóvis (org.). **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil (2001).** Maceió: EDUFAL

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. **O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência.** Boletim Historiar, vol. 08, n. 01, p. 97-115, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-118.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLANDA, H (Org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

SANTOS, Marina França. **A representação de mulheres nos espaços de poder e a Standpoint Theory: contribuições de uma epistemologia feminista**. Veritas, Porto Alegre, v. 62, n. 3, p. 904-933, 2017.

SOUTO, Stéfane. **É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea**. Política & Cultura Revista, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2021.

SULLIVAN, John L. **Market Information Regimes in Podcasting: Formalization and Audience Metrics**. Selected papers of #AoIR2020: The 21st Annual Conference of the Association of Internet Researchers, Dublin,

WALSH, Catherine. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Duke University Press, 2018.